

O fim dos privilégios da prisão especial

Petrônio Calmon Filho*

A gênese da Lei 10.258, que trata da prisão especial

A nova lei da prisão especial é fruto do trabalho conclusivo da comissão Ada Pellegrini Grinover, instituída no âmbito do Ministério da Justiça pelo então Ministro José Carlos Dias tão logo tomou posse como titular daquela pasta. Em continuidade, o Ministro José Gregori entendeu ser necessário dar prosseguimento à iniciativa de seu antecessor e tendo em vista o caos hoje reinante na Justiça penal do País e a antiguidade de seus institutos, prosseguiu na elaboração de nova Parte Geral do Código Penal, de nova Lei de Execuções Penais e na reforma do Código de Processo Penal. A Comissão Ada Pellegrini desenvolveu seus trabalhos durante cerca de um ano, redigindo ao final sete anteprojetos de lei, versando sobre: 1. investigação criminal; 2. suspensão do processo *mutatio libelli, emendatio libelli* e procedimentos; 3. interrogatório do acusado e defesa efetiva; 4. prova; 5. prisão, medidas cautelares e liberdade; 6. Tribunal do Júri; e 7. recursos e ações de

impugnação.

Terminados os trabalhos, os sete anteprojetos foram entregues ao Ministro da Justiça, que passou algum tempo os examinando. Diante dos acontecimentos públicos havidos nos últimos meses, envolvendo a prisão de pessoas conhecidas, acusadas de crimes que atingiam toda a sociedade brasileira de uma maneira mais forte, porque tratam-se de pessoas que ocupavam cargos públicos relevantes, inclusive a magistratura e o Senado Federal, o Ministro da Justiça José Gregori despertou-se para a necessidade de se dar um tratamento adequado à prisão especial, instituto consagrado no art. 295 do antiquado Código de Processo Penal de 1941 e convidou, então, a presidente da missão, professora Ada Pellegrini e a mim para que elaborássemos um instrumento legislativo capaz de regulamentar este instituto, estudando-o profundamente e oferecendo sugestões de natureza adequada, para que se pudesse dar o tratamento que a sociedade hoje

*Procurador de Justiça em exercício do Ministério Público do Distrito Federal, Secretário da Comissão de Reforma do Código de Processo Penal, Membro da Comissão de acompanhamento da reforma do CPP no Congresso Nacional, Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

entenda ser o mais justo e democrático e que seja decorrente dos princípios constitucionais, sobretudo, o princípio da igualdade.

Em janeiro deste ano, em conjunto com o Professor Gustavo Badaró, Assessor Especial do Ministro da Justiça, elaboramos o anteprojeto que tratava da prisão especial, que foi imediatamente encaminhado ao Presidente da República, juntamente com os sete projetos de reforma do Código de Processo Penal elaborados pela Comissão.

A Presidência da República, sem muita demora, encaminhou os oito projetos ao Congresso Nacional, destacando, porém, o projeto da prisão especial, para que recebesse o tratamento de urgência constitucional, o que faria com que ele fosse apreciado pelas duas casas do congresso em tempo recorde. Na Câmara dos Deputados o projeto da prisão especial foi relatado pelo Deputado Ibrahim Abi Ackel, que também foi o relator escolhido para todos os demais projetos de reforma do CPP e para o projeto de reforma da parte geral do Código Penal. No Senado Federal, atuou como relator o então Senador Rames Tebet, hoje Ministro da Integração Regional. A princípio, na Câmara, o relator entendeu oferecer um substitutivo, que tratava de tema totalmente diverso, apenas aproveitando os parágrafos que se pretendia acrescentar ao art. 295, para através deles, disciplinar a prisão cautelar como uma situação diferenciada que deve ser dada ao preso que ainda não está condenado. Evidentemente nos insurgimos contra

esta tentativa de desfiguração do projeto até porque o tema vem sendo bem tratado pela Lei de Execuções Penais e pelo art. 300 do Código de Processo Penal. Estivemos, então, pessoalmente na Câmara dos Deputados e, dentro do plenário, na hora da votação, negociamos a retomada do projeto original enviado pelo Governo, o que foi possível graças à atuação de alguns parlamentares amigos. Todavia, não foi possível evitar a aprovação de uma emenda apresentada pelo Coronel da PM do Distrito Federal, Alberto Fraga, que fazia alteração no inciso 5º do art. 295, para incluir ao lado dos oficiais das Forças Armadas, os policiais do Distrito Federal, como integrantes do rol das categorias beneficiadas pelo instituto.

Embora tenhamos tentado evitar a aprovação dessa emenda, o acréscimo de uma categoria não desfiguraria a idéia apresentada no projeto do governo, porque os parágrafos propostos eliminam os privilégios da prisão especial, não importando qual seja o rol dos seus beneficiários. Melhor que a emenda não tivesse sido aprovada, mas diante da objetividade da proposta não há muito o que se preocupar com a quantidade de categorias beneficiadas.

Esta é, portanto, a história da geração da lei 10.258 que, após sua aprovação pelas duas casas legislativas, recebeu a sanção do Presidente da República no dia 11 de julho de 2001. Temos portanto, uma nova lei sobre Direito Processual Penal em nosso País.

O que diz a Lei 10.258?

Simplemente elimina qualquer vestígio de descumprimento ao princípio constitucional da

igualdade, determinando, taxativamente, que a prisão especial, prevista no código ou em outras

leis, consista exclusivamente no recolhimento em local distinto da prisão comum. Ora, a palavra exclusivamente e a alusão de que esse dispositivo se aplica aos beneficiários da prisão especial constantes do Código de Processo Penal e de todas as demais leis do País eliminam de uma vez por todas qualquer tipo de privilégio que vinha sendo concedido a alguns presos provisórios. Porque eliminar esses privilégios? Porque não manter a prisão especial? Porque deixar de ter os olhos voltados para a diferença social do País? Porque colocar na mesma situação um professor universitário de Direito e um estuprador?

A resposta é muito simples: Em primeiro lugar, não estamos falando de professor universitário de Direito e de estuprador. Estamos falando de um professor universitário de Direito acusado de ter cometido algum delito e de algum desconhecido, às vezes analfabeto, que também é acusado de ter cometido um crime. Portanto, deve ser rejeitada, desde já, a alegação viciada pelo elitismo de que estamos dando tratamento igual a situações desiguais. A situação de dois presos provisórios, um doutor e outro analfabeto, é extremamente idêntica do ponto de vista do Estado Democrático e de Direito.

Os problemas carcerários — a necessidade de seu estudo em separado

O que tem que ser diferenciada é a situação do preso provisório, que é presumido inocente, dos que têm uma condenação transitada em julgado e que portanto, já são definitivamente culpados. Temos que separar os problemas, para tratar, em primeiro lugar, da eterna desobediência ao dispositivo constitucional e legal de se dar tratamento separado àquele que ainda não tem uma condenação transitada em julgado. Este é o grande problema (de consequências sociais e de administração carcerária, problema financeiro e político). Porque nós permitimos e aceitamos que as cadeias, os núcleos de prisão provisória sejam utilizados pelo Poder Público para alojar ou para amontoar condenados. A conclusão então, a que chegamos é que o verdadeiro problema que aflige a sociedade brasileira e que aterroriza aqueles que são destinatários da norma que prevê a prisão especial não é propriamente a

situação do preso especial. O que aterroriza a todos é saber que, postos na vala comum, estarão amargando em meio a um sistema caótico, desumano e que afronta totalmente o princípio constitucional da presunção de inocência e da dignidade humana. Se nós pudermos separar os problemas teremos então, condições de entender o disposto na nova lei que elimina os privilégios da prisão especial.

Os problemas então são: 1. o sistema carcerário geral do Brasil (sistema desumano, falta de espaço, falta de administração adequada e, sobretudo, falta de atividades de reeducação ou pelo menos de atividade de socialização); 2. o problema de não separação dos presos condenados em definitivo daqueles que cumprem apenas prisão cautelar; e 3. a injustiça concebida pelo código de 41, que concede o privilégio da prisão especial para uns poucos possuidores de melhores oportunidades sociais.

Sendo o Brasil um país eternamente pobre, por certo não temos condições, a curto prazo, de resolver o problema carcerário em definitivo. Deveríamos, portanto, deveríamos, no mínimo, cumprir a norma de separação entre o preso definitivamente condenado e o preso provisório. Assim, só continuariam a padecer no inferno das penitenciárias brasileiras aqueles que já foram condenados definitivamente, ao menos os que têm a seu favor a constitucional presunção de inocência deveriam ser recolhidos a estabelecimentos coerentes com a dignidade humana.

Ou seja, se não temos condições para solucionar todo o sistema carcerário brasileiro temos que ter condições pelo menos, para manter o preso provisório em condições hu-

manas, dignas e respeitáveis, porque o preso provisório é ainda inocente segundo a diz a Constituição Brasileira e não pode sofrer as consequências danosas, irreversíveis de uma prisão permanente porque há sempre a possibilidade de, no futuro, ser declarado inocente.


Este é o norte, este deve ser o nosso alvo, manter condições dignas ao menos, para o preso provisório. E aí entrarmos em nosso terceiro problema, este sim, o problema da prisão especial. Partindo do pressuposto mínimo de que nós precisamos dispor de uma prisão provisória diferenciada da prisão definitiva, o terror que está tomando conta de alguns impor-

tantes juristas, que ainda defendem os privilégios da prisão especial, por certo cairá totalmente por terra.

Mas alguns me perguntarão (como de fato o têm feito): mas essa ordem de colocação não é utópica? Igualmente, não tem sido impossível para o Brasil constituir um sistema digno e humano para prisão provisória? Sim, pelo menos parcialmente nós podemos dizer que sim. Os dias e anos se passam e nem essa obra o

Brasil consegue realizar. Concordo que é utópico pensar que o preso provisório, ao menos este que faz parte de um grupo reduzido comparativamente a população carcerária brasileira, que ao menos esse tenha condições dignas e humanas em seu recolhimen-

to carcerário. Mesmo assim, defendemos o fim dos privilégios da prisão especial. Pelo contrário! É nesta hora que nós nos sentimos envergonhados com esses sessenta anos que o Brasil sustentou tamanha aberração, a indignidade da prisão especial. Se é desumano, por um prisma, colocar presos provisórios em condições deploráveis é também desumano separar uns pouquíssimos privilegiados para que estes pouquíssimos sejam os únicos a dispor de um sistema digno e humano.

Assumo corajosamente a posição de que é melhor mantermos todos num sistema caótico e desumano do que escolhermos uns poucos privilegiados para livrá-los desse martírio. Defendo, portanto, o fim de todos os privilégios da prisão especial. 

“ ... é melhor mantermos todos num sistema caótico e desumano do que escolhermos uns poucos privilegiados para livrá-los desse martírio. ”